

Da Assessoria Jurídica
Ao Exmo. Sr. Presidente

Analizando o projeto de lei complementar nº 05, de 07 de maio de 2013, de autoria do I. Prefeito Municipal, que "dá nova redação aos artigos 207; 208; 209; 210 e 211 e do Anexo IX – Glossário de palavras, siglas e termos utilizados, da Lei Complementar nº 177, de 30 de dezembro de 2011 (Institui o Plano Diretor do Município de Cordeirópolis", entendo que o referido projeto atende às determinações da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município, vez que o projeto de lei em comento também compete ao Chefe do Executivo.

Por primeiro, convém lembrar que o artigo 30, I e II, da Constituição Federal determina a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local, que é, sem dúvidas, o caso do projeto de lei em estudo.

Quanto à competência de iniciativa das leis, nos termos do artigo 49 da Lei Orgânica do Município, é da competência exclusiva do Prefeito "a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I – a criação e extinção de cargos, funções e empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;

II – criação, estruturação e atribuições da Secretarias ou Diretorias Municipais e órgãos da administração pública;

III – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores".

Não é demais lembrar que, como mdito acima, a Constituição Federal, em seu artigo 30 deixa estreme de dúvidas que

"Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber".

Como é sabido, a função legislativa é exercida pela Câmara de Vereadores, que é o órgão legislativo do município, em colaboração com o Prefeito, a quem cabe, também, o poder de iniciativa das leis, assim como o poder de sancioná-las e promulga-las, nos termos propostos como modelo, pelo processo legislativo federal.

Dessa forma, a atividade legislativa municipal submete-se aos princípios da Constituição Federal com estrita obediência à Lei Orgânica do Município, à qual cabe o importante papel de definir as matérias de competência legislativa da Câmara, uma vez que a Constituição Federal não a exaure, pois usa a expressão “interesse local” como catalisador dos assuntos de competência municipal.

Destarte, entendo ser legal o projeto de lei em estudo, não pecando pela iniciativa, nada impedindo sua apreciação.

À alta apreciação de V. Ex^a.

Aos 10 de setembro de 2013.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

Reynaldo Cosenza

OAB/SP Nº 32.844